



GT 76. Risco, patrimônio e cidadania.

Coordenador(es):

Manuel Ferreira Lima Filho (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Edmundo Marcelo Mendes Pereira (MN/UFRJ)

Risco, patrimônio e cidadania. Manuel Lima Filho (MA/UFG); Edmundo Pereira (MN/UFRJ). A produção e gestão do risco vêm crescendo como fenômeno e chave analítico-investigativa, articulando campos disciplinares científicos, técnicos e jurídico-administrativos. Diversas áreas têm salientado como o conceito condensa agendas ambientais, tecnológicas, humanitárias e patrimoniais como “sociedades de risco”. As reflexões se concentram nas condições sociais e históricas de produção diferencial da vulnerabilidade, ou de “culturas do risco”. Etnografias de situações de risco, de eventos críticos catastróficos, de operações de resgate e processos de reorganização social pós-desastre têm imbricado economias políticas de distribuição da vulnerabilidade. Agentes do desastre - ‘curtos-circuitos’, ‘sirenes desligadas’, ‘hidrantes sem água’, ‘falhas humanas’, ‘quebras de protocolo’ - configuram pontos culminantes de processos de produção do risco. O GT objetiva reunir etnografias de situações de risco, de desastres, de processos de resgate e (re)construção patrimonial de instituições museais, bibliotecas, centros culturais, acervos históricos, artísticos e científicos, entretecendo dimensões pessoais, comunitárias e institucionais e reunir investimentos no mapeamento da diversidade definitiva da noção de risco, das narrativas e idiomas do desastre como expressões de cidadanias culturais e patrimoniais, dos debates sobre reconstrução e tombamento de ruínas e coleções desaparecidas

Desastres nos rios Doce e Paraopeba: Investigações sobre riscos a partir das águas

Autoria: Bianca de Jesús Silva (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas), Lúcia da Costa Ferreira

Com base nos rompimentos das barragens de rejeitos de mineração de Fundão em Mariana e do Córrego do Feijão em Brumadinho, ambas localizadas no estado de Minas Gerais (MG) na região sudeste do Brasil, busca-se investigar formas de analisar riscos a partir das águas dos rios Doce e Paraopeba. Após os rompimentos das barragens e os rejeitos de mineração chegarem aos rios citados, levaram ainda elementos para além das características físicas dos materiais compensados nas minas. Os rios têm como origem o estado de Minas Gerais, mas devido ao carreamento dos rejeitos ao longo do rio Doce, o estado do Espírito Santo também é caracterizado enquanto atingido pelo rompimento da barragem de Fundão no dia 05 de novembro de 2015. Em 25 de janeiro de 2019 ocorreu o rompimento da barragem no complexo do Córrego do Feijão, que chegou ao rio Paraopeba e ampliou o número de cidades atingidas por rejeitos de mineração em Minas Gerais. Observa-se nas regiões atingidas alterações nas relações com as águas que podem ser indicadas a partir da emergência de incertezas, mudanças nos usos/consumos das águas e aumento de investigações científicas sobre as condições dos rios. O rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG) evidenciou uma acentuada atuação das práticas de conhecimento local e das práticas de conhecimento tecnocientífica em relação às condições das águas. Dessa forma, busca-se analisar os dois desastres indicando de que modo os atores e as instituições estão envolvidos nas discussões sobre as águas dos rios Doce e Paraopeba, apontando também de que forma os contextos de desastres são observados enquanto elementos constituidores de reflexões etnográficas sobre riscos e conflitos. As discussões sobre os riscos invisíveis e os espalhamentos dos rejeitos até a chegada na foz do rio Doce, o que ampliou as discussões para as águas do Oceano Atlântico, serão abordadas como modos de refletir sobre os desastres ligados à grande mineração de ferro nas sociedades de risco.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: